

AS RAÍZES DA FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DA UFRJ: “WEBINAR DE 130 ANOS: NOS MEUS TEMPOS DE FND” E O EVENTO “TRAJETÓRIAS E ENREDOS DE LUTA: 130 ANOS DA FND”

THE ROOTS OF THE UFRJ'S NATIONAL FACULTY OF LAW: “WEBINAR OF 130 YEARS: IN MY TIMES OF FND” AND THE EVENT “TRAJECTORIES AND PLOTS OF FIGHT: 130 YEARS OF FND”

KONE PRIETO FURTUNATO CESÁRIO¹
RONDINELLE DA SILVA FERREIRA²

RESUMO: Este ensaio é parte do projeto de um dossiê sobre os 130 anos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tendo como referência contar como importantes eventos que marcam parte da celebração dos 130 da Nacional de Direito, buscando a perspectiva de uma docente e um discente, dentro da temática de direito e democracia, após trinta e dois anos da primeira eleição direta no Brasil, mas em um período de ameaça à democracia, envolta em dificuldades encontradas em meio de uma pandemia mundial e uma polarização da sociedade em torno de temas políticos e sociais.

492

PALAVRAS-CHAVE: Faculdade Nacional de Direito; 130 anos da FND; História da FND, Webinar de 130 anos.

ABSTRACT: This essay is part of a project of a dossier on the 130 years of the National Faculty of Law at the Federal University of Rio de Janeiro. It refers to count as important events that mark part of the celebration of the 130th anniversary of the National University of Law, seeking a teacher and a student perspective, within the theme of law and democracy, after thirty-two years of Brazil's first direct election, but in a period of threat to democracy, shrouded by difficulties amidst a global pandemic and society's polarization over political and social issues.

KEYWORDS: National Faculty of Law; 130 years of FND; FND's History; Webinar of 130 years.

¹ Vice-diretora e professora doutora de direito comercial e discente da graduação em direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² Graduando em direito da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.



INTRODUÇÃO

Este ensaio é parte do projeto de um dossiê sobre os 130 anos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assim, a proposta dentro da temática de direito e democracia é apresentar a percepção de um discente ingressante nessa faculdade no ano de celebração da história da nacional em meio a tragédia epidemiológica e social do século XXI causada pelo COVID-19, sob os olhares de uma docente organizadora de tais comemorações.

Nesse contexto, esse trabalho é um relato histórico de vivências e de lutas da FND, desde a sua criação, juntamente com a comunidade acadêmica para permanecer viva e aberta à comunidade externa, norteadas por diretrizes que fomentam a liberdade de pensamento e de expressão em tempos de cólera impulsionada pelas redes sociais, que tornam o debate mais democrático, porém também põe em risco esse status político e social emanado da Constituição Federal de 1988.

Portanto, sob uma perspectiva humanística que ao longo de todos os anos sempre permeou a história dessa faculdade de direito, uma instituição ímpar tanto para sociedade brasileira, quanto para movimentos liberais históricos, que nortearam a formação de um modelo social abrangente que trabalha em prol da liberdade de pensamento e expressão, trazendo a voga, sempre o respeito e a integridade de sua tradição como uma escola que vai além da dogmática jurídica para compor a história do país.

Os movimentos culturais, antropológicos, filosóficos e democráticos sempre marcaram os corações daqueles que estiveram nesta instituição de ensino que busca ser a depositária da defesa de direitos fundamentais. A força da nacional, assim chamada pelos íntimos, não está vinculada apenas ao seu corpo docente, que está entre os melhores do país, nem tampouco ao seu tamanho, uma vez que se trata da maior faculdade de direito pública em número de alunos no Brasil, mas na sua diversidade que se apresenta pela composição de seus discentes e as mais variadas linhas de pesquisa e extensão trabalhadas por seus docentes.

O convencional na vida acadêmica é receber o conhecimento daqueles que estão em sala para ensinar, o professor, envolto na ideia de hierarquização. Contudo nessa escola de direito que tem pilares firmados pelas ciências humanas, o papel do professor transpassa o entendimento histórico de transferência de conhecimento hierárquica aos discentes que terão por desafio, ao concluir o curso, a sua reinserção em contextos sociais diferentes, por isso aqui passaram inúmeros célebres juristas, artistas, políticos, empresários e magistrados.

Entender a importância histórica da FND para sociedade brasileira, é fundamental para compreendermos como o espírito do passado histórico glorioso entra no dinamismo profissional do seu Corpo Social em prol da difusão democrática do conhecimento científico.

2. A FACULDADE NACIONAL DE DIREITO NA HISTÓRIA DO BRASIL

O imponente e histórico prédio que hoje abriga a comunidade acadêmica da FND foi construído no início do século XIX, servindo como residência para o último vice-rei do Brasil Colônia. O antigo Solar do Conde dos Arcos, após a Declaração de Independência, com a criação da Primeira Constituição da República, outorgada em 25 de março de 1824 por Dom Pedro I, o prédio passa a sediar o Senado Imperial.

Nota-se que, a própria estrutura física do prédio da Rua Moncorvo, carrega em suas paredes centenárias o peso da responsabilidade de limitar e controlar o poder exercido pelo poder soberano constituído. Ressalta-se que este prédio recebeu em suas dependências a primeira senadora do Brasil, a Princesa Isabel. Os senadores imperiais tiveram uma participação crucial no processo que definiu a assinatura da Lei Áurea, processo este que daria “fim” a escravidão de mulheres e homens, negros e negros, no Brasil em 1888.

A criação da Faculdade Nacional de Direito é um destaque na estrutura política republicana do Brasil, como demonstra o trabalho do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2011:

“Em 18 de abril de 1882, por iniciativa do Dr. Fernando Mendes de Almeida, foi criada a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que, no entanto, só funcionaria a partir de 19 de maio de 1891, após a implementação da Reforma Benjamin Constant, que estabeleceu efetivamente a liberdade de ensino no Brasil. Inicialmente instalada no prédio da Escola Senador Correia, na Praça São Salvador, teve como primeiro diretor o próprio Dr. Fernando Mendes de Almeida. Em 31 de maio de 1891, foi instituída a Faculdade Livre de Direito da Capital Federal, (*) por iniciativa dos Drs. Carlos Antônio de França Carvalho e José Joaquim do Carmo, sendo este escolhido para exercer a direção do novo estabelecimento de ensino superior, que funcionou, a princípio, nas dependências do mosteiro de São Bento, na Rua Dom Gerardo. No dia 24 de abril de 1920, ocorreu a fusão das duas faculdades, sendo a instituição resultante, a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, logo depois integrada à Universidade do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro desse mesmo ano. Instalada em um casarão da Rua do Catete, foi inicialmente dirigida pelo conde de Afonso Celso.

Mais tarde, por determinação da Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, a referida universidade passou a ter o nome de Universidade do Brasil. A faculdade, a partir de então denominada Faculdade Nacional de Direito, deixou o casarão do Catete para ocupar o antigo solar do conde dos Arcos, na Rua Moncorvo Filho, onde

permanece até os nossos dias. Hoje integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), denominação atual da antiga Universidade do Brasil, conforme estabeleceu a Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965.”

A Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, apesar de criada em 1882, só abriria suas portas mais tarde, em 1891 justamente por ter a sua base firmada na liberdade. A FND é constituída no prédio em que está hoje desde a década de 1940, originado pela fusão, em 1920, de duas faculdades não estatais que já existiam desde 1891 — a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro e a Faculdade Livre de Direito. Assim, junto com a Escola Politécnica e com a Faculdade de Medicina da Praia Vermelha, a FND integrou a nova Universidade do Brasil, criada pelo Decreto-Lei no 8.393, de 1945. Centro de inspiração da cidadania, a FND fez oposição ao governo durante momentos históricos de cerceamento da liberdade, ao longo do Estado Novo (1930-1945) e da ditadura militar (1964-1985).

3. WEBINAR: “NOS MEUS TEMPOS DE FND”

Mesmo que discreta, em meio à pandemia, é justa a comemoração de 130 de existência da Faculdade Nacional de Direito. Pudera que, em todo período comemorativo, todos os atos se dessem da mesma forma espontânea, carismática, verdadeira, democrática e descontraída, assim como foi sua abertura em forma de Webinar no dia 01 de março de 2021.

Sob o tema “Nos meus tempos de FND”, houve uma sincronia de ideias trocadas entre os convidados, os Ministros Luís Felipe Salomão, Benedito Gonçalves e Herman Benjamin, todos do STJ e egressos da Faculdade Nacional de Direito.

A dinâmica dos trabalhos inicia-se pela expressão da alegria em receber os egressos da Faculdade Nacional de Direito e pela organização dos eventos de comemoração dos 130 anos da FND.

O destaque pelo nome da Faculdade Nacional de Direito, ficou a cargo do professor Flávio Alves Martins — ex-aluno da FND, ex-diretor da FND, professor titular de Direito Civil e decano do CJE-UFRJ —, mediador do encontro, que deixou explícito em seu breve comentário, a verdadeira função social da FND ao longo desses 130 anos. Explanando um pouco da história da Nacional de Direito, ele ainda mencionou a importância dos ex-alunos para o desenvolvimento acadêmico dos novos estudantes.

“A crítica, a ética e a responsabilidade social”, segundo o decano Flávio Alves Martins, são os pilares e os umbrais da FND. Respeitando sempre aqueles que mantêm o funcionamento da Faculdade Nacional de Direito, que são os impostos pagos por todos os brasileiros (informação verbal).

A história da fundação da FND ficou a cargo do Ministro Luis Felipe Salomão, que apesar da rotina apertada, fez mudanças em sua agenda para agregar conhecimento ao Webinar de 130 anos da FND.

O ano 1891:

“...foi o ano de fundação da cidade de Teresópolis, o patenteamento do rádio por Thomaz Edison e foi um marco para o Brasil, com a criação da Segunda Constituição brasileira, e a primeira Constituição da República que estabeleceu uma série de mudanças na estrutura governamental a partir da mudança de regime” (informação verbal)

O prédio que recebeu inúmeras facetas históricas e ainda o debate da própria Lei Áurea, deveria ser muito bem preservado (informação verbal). Pôde-se notar o brilho nos olhos do Ministro Luís Felipe Salomão, ao se lembrar de suas atividades intra e extra faculdade, como: o almoço e jantar no “bandejão”, os jogos no centro acadêmico e as demais experiências que fizeram parte de sua vivência acadêmica.

O Ministro Herman Benjamin expressou a honra em voltar a FND como ex-aluno, destacando ainda a importância do Direito atrelado à causa dos vulneráveis (informação verbal). Segundo o Ministro, ao se deparar em seu primeiro momento com a FND, sentiu-se o desprezo do governo daquela época: não havia recursos suficientes para manter em pleno funcionamento a faculdade. Apesar disto, a FND fazia a defesa do povo brasileiro frente ao regime militar que cerceava o direito dos cidadãos (informação verbal).

O autoritarismo tentou calar as bocas dos principais professores da FND com aposentadorias compulsórias e segregação de direitos. Ademais, ainda contrataram professores sem nenhuma formação pedagógica capaz de fomentar o conhecimento dos alunos (informação verbal).

Em um segundo momento, o Ministro Herman Benjamin se lembra de seu discurso na congregação, o qual foi ainda publicado posteriormente pela banca do concurso do MP-SP. Abrindo uma menção ao nome “Faculdade Nacional de Direito”, demonstrou que existe a necessidade de se oficializar em lei como reconhecimento ao trabalho da faculdade nesses 130 anos (informação verbal).

O egresso Ministro Herman termina sua fala dizendo que o direito é à carreira mais generosa dentre todas as carreiras. Ele ressalta que aquele que é bem-sucedido no direito nem sempre é o que se destaca em sala de aula, ou que sempre está “querendo aparecer”, mas muitas das vezes aquele que fica sempre em seu canto, tímido, porém destemido, poderá ser o grande destaque na carreira (informação verbal).

O professor Flávio Alves Martins tomou novamente a palavra para reafirmar o compromisso da Faculdade Nacional de Direito com os princípios que norteiam sua fundação. Disse ainda que, em todo período de autoritarismo, a FND tem

sofrido com a segregação de seu corpo social e o desabastecimento financeiro para sua manutenção (informação verbal).

O Ministro Benedito Gonçalves abre sua fala parabenizando a responsabilidade social da FND, em angariar fundos para financiar o transporte de alunos em condição de vulnerabilidade social (informação verbal). O Ministro ainda faz uma bela citação de Nelson Mandela em saudação aos 130 anos da Faculdade Nacional de Direito:

“A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina...” (Nelson Mandela, 2013)

Ingressante na FND no ano de 1973, o que o impressionou em sua entrada no campo do direito foi sua “Aula Magna”, o discurso de Pedro Calmon, trouxe um calor ao seu sangue, conforme suas palavras: “Ali eu vi o discurso da liberdade” (informação verbal).

Em sua lembrança pós-FND, ele ainda se lembra de poder contribuir com a faculdade como professor interino gratuitamente, para realmente ajudar a faculdade, que passava por momentos difíceis. “Quem entra na Faculdade Nacional de Direito nunca sai, ela vai para alma” (informação verbal).

O mediador, professor Flávio Alves Martins, reafirma o compromisso social da FND com a sociedade brasileira, falando da honra que a Faculdade Nacional de Direito teve em ter proporcionado a formação da 1ª (primeira) mulher bacharel em direito no Brasil, a Doutora Myrthes Gomes de Campos (informação verbal). Também falou sobre estudantes cotistas, dizendo que: “a FND é uma casa de inclusão, da pluralidade, da diversidade, da solidariedade e do acolhimento” (informação verbal).

O Ministro Herman Benjamin ainda fez o uso da palavra para manifestar um sonho compartilhado com a FND como ex-aluno, em suas palavras: “Se a casa da moeda for efetivamente privatizada, que o prédio se torne uma extensão da nossa Faculdade de Direito” (informação verbal).

Para finalizar o Webinar, o professor Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha deu o merecido elogio aos convidados e reafirmou o respeito da Faculdade Nacional de Direito com a Justiça Social, com a Inclusão Social e com a quebra de barreiras dogmáticas ainda presentes em nossa sociedade (informação verbal).

Tudo está muito incerto, mas o que podemos notar a princípio dos professores e Ministros é que, a Faculdade Nacional de Direito tem acima de tudo um compromisso pessoal com a sociedade.

4. A IMPORTÂNCIA DA FND-UFRJ NA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA NO BRASIL:

Dentro da programação de comemoração dos 130 anos da FND estão acontecendo eventos relacionados à sua história frente a luta pela democracia brasileira. O evento “TRAJETÓRIAS E ENREDOS DE LUTA: 130 ANOS DA FND”, transmitido no dia 04 de maio de 2021 via plataforma digital “ZOOM” para o canal “FND UFRJ” do YouTube, acontece em um dos momentos mais importantes do cenário político, social e econômico que o país vive no século XXI, notadamente causado pela crise de saúde pública e pelo comportamento do Governo Federal, que está vinculado a falácia do conhecimento sobre atividade acadêmica e a importância da educação e do conhecimento científico para o desenvolvimento da sociedade.

Resgatar o histórico de lutas da FND é necessário para demonstrar a importância que essa Faculdade teve, não só para formação profissional universitária, mas pela sede de democracia que emana daqueles que compõem o corpo universitário. A FND sempre caminhou lado a lado com a sociedade brasileira, abraçando as mais variadas causas em defesa integral da liberdade de um povo que sofre com as desigualdades sociais que são manifestas principalmente no dia a dia da população considerada vulnerável.

O evento remete à importância de englobar professores, alunos e personalidades negras no contexto da FND, e ainda, a existência do registro de “José do Patrocínio” que poderá ser considerado o primeiro negro Bacharel em Direito do país formado pela FND. A faculdade tem como egresso também um homem negro ilustre na MPB e Black Music, Emílio Santiago, que iniciou sua carreira musical dentro da própria FND. Esses são apenas dois nomes em destaque de muitos outros de homens e mulheres, negros e negras que fizeram história na FND e estão para ser desvelados, demonstrando o potencial e a importância da universidade independentemente do grupo étnico e social do qual o aluno, discente ou técnico administrativo faz parte.

Visando uma maior visibilidade para o projeto comemorativa dos 130 da FND, a OAB-RJ criou uma edição especial em sua revista para que alunas e alunos, professores e técnicos egressos possam contar um pouco de sua trajetória sobre seu percurso dentro da FND. Frisamos ainda sobre o trabalho multidisciplinar junto a Escola de Comunicação na produção de um documentário contando sobre a trajetória de 130 anos da FND.

Além dos 130 de existência, a FND ainda está comemorando os 115 anos da Biblioteca Carvalho de Mendonça, com acervo coletado ao longo desses anos. Nos documentos do acervo da história da FND, é possível verificar que a faculdade é criada pelo desejo de liberdade emanado pela sociedade.

Apesar de todas as dificuldades financeiras impostas, a FND é a faculdade de direito que mais recebe alunos negros cotista e alunos com deficiência no Brasil, a

faculdade tem orgulho de tentar acolher a todos e fazer o melhor dentro dessas limitações financeiras sob o viés de liberdade e inclusão social.

Reafirmamos a importância do trabalho do CACO, tendo como protagonistas estudantes, docentes e técnicos administrativos devido a trajetória de lutas contra o Nazismo, contra a Ditadura Militar, na luta pela redemocratização e em defesa da democracia. Em referência ao evento que constitui a pluralidade étnico racial na constituição e evolução acadêmica na história da FND o professor Jadir Brito afirma que:

“O direito à memória é muito importante para a chamada equidade intergeracional, a construção da memória é fundamental para a luta dos direitos humanos e para cidadania, e esse evento da FND, promovido por todos esses atores e atrizes, demonstra a importância que essas trajetórias e enredos dos 130 anos da FND, trajetórias ocultas, trajetórias que construíram essa grande Faculdade de Direito precisam ser resgatadas, porque a memória constrói a cidadania, a memória constrói a capacidade de ação, a memória é um direito fundamental muito importante para gerações atuais e futuras.

A consciência étnico-racial passa por esse resgate da autoestima das posições. A homenagem ao “Seu Jorge”, a homenagem ao “José Carlos Patrocínio”, a homenagem ao “Nei Lopes”, são homenagens importantes, porque marcam exatamente esse perfil, que vem assumindo as faculdades de direito no Brasil, essas faculdades que receberam cotistas, que democratizaram esses espaços epistemológicos, que democratizaram seu espaço político, que democratizaram seu espaço de produção acadêmica e de pesquisa e que são estudantes cotista e de ações afirmativas que, em conjunto com outros estudantes, trouxeram uma nova visão sob o papel do direito na nossa sociedade contemporânea.” (informação verbal)

O evento acontece após 20 anos da conferência de Durban na África do Sul e em um momento de grandes reflexões sobre as ações afirmativas no Brasil e combate ao racismo, a 11 anos da promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, o evento tem como sua marca a consolidação do direito e o enfrentamento ao racismo (informação verbal).

A professora Marcia C. Souza é a primeira professora negra da FND, e, segundo ela, nesses últimos 11 anos a FND têm aberto as portas para alunas e alunos negros, permitindo que a faculdade não seja mais monocromática, de forma a colorir a faculdade com a diversidade étnica (informação verbal).

O CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira), tem trabalhado pela implementação de políticas étnicas-raciais que visam sempre à multiplicidade e o

empenho nos processos de entrada e permanência de alunos negros e negras na FND, saudando sempre a representatividade que tinha Seu Jorge dentro da Faculdade de Direito e sua parceria com o Centro Acadêmico (informação verbal).

A realização do evento com a participação ativa de homens e mulheres negras tem um grande significado histórico que ao homenagear “José do Patrocínio”, “Seu Jorge” e Nei Lopes é um ato de justiça histórica com aqueles que participaram e participam da construção da identidade Universitária, da democracia e do sistema jurídico brasileiro (informação verbal).

Destacando os conflitos de interesse na produção do direito, abordando o racismo epistêmico, que acontece principalmente quando o saber do direito nasce pela idealização e conhecimento especificamente de mulheres ou homens negros, onde, muita das vezes, esse conhecimento é excluído em relação à cultura jurídica brasileira. E, ainda dentro do tema do racismo, contextualizando o racismo acadêmico que se manifesta através de decisões de agentes, “seres humanos”, onde não se incluem as discussões étnico-raciais, nas quais os conselhos tomam as decisões (informação verbal).

Como docente e estudante de direito da FND, também defendemos que não pode ser chamado de idealismo, mas sim do mero cumprimento da legislação brasileira no tocante às políticas públicas de inclusão social. Assim, pedimos licença à professora Vanilda Santos para fazer de suas palavras as nossas:

“**Defendemos** a responsabilização de agentes públicos e privados pela omissão e **transparência** no cumprimento das legislações e políticas públicas de combate ao racismo, pois, se tratam de políticas públicas de estado, **a fim de reparar o dano histórico à população negra brasileira, que busca a igualdade com equidade, a saber, o distanciamento social que impera nesse país.**”
(informação verbal, grifos nosso)

A Professora Vanilda Santos, deixa-nos uma reflexão para as questões de meritocracia que têm sido pauta de diversas discussões dentro do modelo político nacional e que não levam em consideração a situação da população negra no país que é a seguinte: “A régua que mensura o mérito de pessoas negras é mais longa e densa?” (informação verbal).

Resgatando a história de libertação dos escravos no século XIX e destacando o caso de “Anna” que fora reescravizada ilegalmente, onde houvera dois processos judiciais para definir sua liberdade, um por parte de sua “suposta proprietária”, movido por Maria Luiza de Jesus e outro em sua defesa de seu direito e a manutenção de liberdade movido pelos aliados de Anna, nos faz retomar a importância dos coletivos negros, que naquela época eram formados, por homens e mulheres recém-libertos, na luta pelos direitos coletivos e individuais, o que não se difere dos dias atuais. Apesar de vivermos em um contexto histórico muito

diferente do que se vivia no século XIX, a população negra ainda necessita dessa proteção dos coletivos negros para fazer valer o que a legislação brasileira abarca em relação à igualdade de direitos e ascensão social (informação verbal).

Para abrilhantar ainda mais o evento, o ex-aluno Fabiano de Moras, a formanda Roberta Machado e a aluna Yasmin Mendes e o aluno Jefferson Campos, entrevistaram o renomado ex-aluno da FND, escritor e sambista “Nei Lopes”, que contou sobre sua trajetória na FND durante a década de 60.

Nei Lopes conta que durante seu período como estudante teve seu primeiro contato com o CACO (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira) e logo se interessou em fazer parte da militância acadêmica, vindo a se tornar conhecido na faculdade de direito pelos inúmeros desenhos e poemas por ele escritos e integrando ao Centro Popular de Cultura da UNE (informação verbal).

Em seu terceiro ano de curso, acontece o movimento político-militar de 1964, quando suas manifestações ideológicas foram deixadas de lado, atuando de outra maneira para alcançar seu principal objetivo que era se tornar um bacharel em direito.

Com mais de 40 livros publicados e mais de 400 títulos gravados juntamente com grandes artistas da MPB, Nei Lopes afirma que para lidar com o racismo coloca em prática um de seus maiores dons, que é a escrita, e colocando em ação o seu alter ego, fazendo da ficção uma espécie de válvula de escape, a fim de colocar para fora todas essas mágoas, às vezes até em formato de samba, mas com um ar de alegria, brincando com o “*juridiquês*” (informação verbal).

Amante da Constituição de 1988, Nei Lopes afirma que foi a sua condição de sambista que o levou para literatura profissional onde metade de suas obras é voltada para conscientização: “é meu trabalho de conscientização sobre a importância da africanidade”. Quando estudava, Nei Lopes não via à sua disposição livros publicados sobre a história da África ou do negro no Brasil, por isso tomou para si o papel e o dever de fomentar a literatura brasileira com suas produções intelectuais em forma de livros para deixar registros em forma de missão pessoal (informação verbal).

Para Nei Lopes, em termos legislativos, ter uma estrutura de leis que apoiam as reivindicações do povo negro no Brasil é fundamental. Nei Lopes cita Silvio de Almeida como um dos novos precursores, no sentido de reconstruir e aperfeiçoar, a legislação concentrada no Estatuto da Igualdade Social, juntamente com outros juristas para que este seja mais bem aproveitado (informação verbal).

Abordar os verdadeiros conceitos das palavras do dia a dia, como o eufemismo entre intolerância e racismo em seus reais sentidos de uso e das atitudes que vêm juntamente com as palavras, é fundamental para lutar pelos direitos. Retirar o eufemismo do enquadramento das palavras contribui para a luta antirracista. Não se vê esse eufemismo nos meios de poder, não há um colorido nas altas classes de poder, o racismo brasileiro se alimentou muito da glamourização da mestiçagem,

contribuindo muito para negar a participação do negro em diversos meios sociais, aborda Nei Lopes (informação verbal).

O evento “TRAJETÓRIAS E ENREDOS DE LUTA: 130 ANOS DA FND” nos trouxe diversas reflexões sobre os papéis exercidos por homens e mulheres, negros e negras no contexto social brasileiro e a importância de se abrir espaços focados nessa discussão no meio acadêmico. Tratar diretamente a pauta antirracista em um país construído por mãos cativas em meio à diáspora africana, traz à luz uma espécie de reconhecimento de uma sociedade que necessita reconhecer a sua verdadeira história para, assim, tomar novos rumos, principalmente utilizando-se de ferramentas e instrumentos de direito para que essa história seja moldada e mudada no século XXI.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cursar Direito na FND é o sonho de muitos estudantes brasileiros. Sabendo que a Faculdade Nacional de Direito é reconhecida internacionalmente, muitos deixam suas cidades natais para integrar o quadro discente, embora, frequentemente, não tenham condições de se manter na cidade do Rio de Janeiro, suas famílias se esforçam ao máximo para que seus filhos curse uma universidade de tamanho respeito como a UFRJ. Por isto, é motivo de muito orgulho ser uma docente dessa faculdade que faz parte da história do país e que atrai docentes do Brasil todo, aliás a pluralidade da Nacional de Direito é fruto dessa diversidade de docentes que vem das diversas regiões do país, com suas culturas e experiências variadas, trazendo na bagagem, além da dogmática a visão interdisciplinar, muitas perspectivas culturais.

O que diferencia a FND das demais faculdades de direito é manter o orgulho por sua história na luta pela liberdade e pela democracia com pluralidade de debates. Durante os eventos de comemoração dos cento e trinta anos da Nacional, ouviu-se falar por parte da direção e egressos a respeito da inclusão social e da busca por fomento ao conhecimento jurídico com o peso da sua tradição e da modernidade para avançar para o futuro, com discentes e docentes alinhados com a pluralidade e a liberdade.

Todavia, há uma preocupação enorme em como melhorar a qualidade de ensino e de vida e dos debates políticos nesses tempos onde a cólera parece tomar conta da sociedade, especialmente nas redes sociais, com a polarização da política e dos debates e o estrangulamento das universidades públicas com os sucessivos cortes dos recursos financeiros para a pesquisa, o ensino e a extensão. Com um orçamento pífio para a manutenção predial básica de qualquer edifício, sobretudo, um prédio histórico berço do senado do império, qual o caminho para se manter no futuro? Como garantir a inclusão das pessoas negras e deficientes e mantê-las na faculdade? E como garantir a manutenção dos grandes pesquisadores, docentes e discentes, na instituição sem bolsas e outras formas de fomento?

Esses desafios atuais, e futuros, só podem ser enfrentados com direitos humanos, uma das linhas de pesquisa do programa de pós graduação da FND e eixo norteador do projeto pedagógico da graduação da Nacional; esse direito fundamental, presente na Declaração dos Direitos do Homem e na Constituição brasileira, está atrelado à noção de democracia, pois como ensina José Saramago:

“Sem democracia não pode haver direitos humanos, mas sem direitos humanos também não haverá democracia. Estamos numa situação em que se fala muito de democracia e nada de direitos humanos. Creio que essas são as duas grandes batalhas para este século. E se não nos lançarmos nelas, o século será um desastre”(O Globo, Rio de Janeiro, 10 de maio de 2003)

Sendo assim, neste ano de comemoração dos 130 Faculdade Nacional de Direito, FND-UFRJ, nos orgulhamos de integrar o quadro acadêmico como discente e docente, e ainda demonstrar, com esse trabalho, a infinitude de participações efetivas da FND que se relacionam diretamente com a liberdade de pensamento e expressão e com a autonomia universitária e luta pela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Lucas; ALMEIDA, Liz Mota; QUEIROZ, Kim. **As Três Matriarcas**. AdUFRJ, publicado em: 07 set. 2020. Disponível em:
<<https://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-atual/3281-as-tres-matriarcas>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

BCM UFRJ - Biblioteca Carvalho de Mendonça Histórico. **Histórico**. Disponível em:
<<http://bibliodireitoufrj.blogspot.com/p/historico.html>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MACHADO, Sandra. **Palácio dos Arcos é Ponto Importante da Memória brasileira**. MultiRio - a mídia educativa da cidade. Publicado em: 03 abr. 2018. Disponível em:
<<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/13736-pal%C3%A1cio-dos-arcos-%C3%A9-ponto-importante-da-mem%C3%B3ria-brasileira#:~:text=Centro%20de%20inspira%C3%A7%C3%A3o%20da%20cidadania,ao%20longo%20de%20sua%20exist%C3%Aancia.>>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MJ - Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **A Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil**. Cadernos de Exposições: Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, publicado em: ago. 2011. Disponível em:
<<http://ccmj.tjrj.jus.br/documents/5989760/6464634/caderno-expo-2.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2021.

O Estado de S. Paulo. **O elo que não se pode romper**. Estadão, publicado em: 14 dez. 2008. Disponível em:
<<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,o-elo-que-nao-se-pode-romper,293612>>.

YOUTUBE FND UFRJ. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=Q9COFIoKTss>>;
<<https://www.youtube.com/watch?v=YQOnHLrLHCo>>; e
<<https://www.youtube.com/watch?v=8UfqDxjHfxM>>.